

1 – Introdução

O tema desta dissertação diz respeito ao problema da demarcação entre ciência e pseudociência/não-ciência, proposto no âmbito da filosofia da ciência anglo-saxã do século XX. Antes de continuar, talvez seja necessário um pequeno esclarecimento acerca da escolha dessa linha teórica. Refiro-me explicitamente à filosofia da ciência anglo-saxã, a fim de distingui-la da epistemologia francesa tradicional, cujos principais representantes foram Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Michel Foucault. Como o problema da demarcação não preocupou os franceses, tendo sido formulado por Karl Popper, no âmbito anglo-saxão, tratarei somente dessa corrente.

Num contexto que se estende do positivismo ao relativismo, passando por diversas variações e questionamentos, esse problema já foi considerado muito importante no debate filosófico sobre a ciência, principalmente em sua vertente normativa. Apesar de não desfrutar mais de uma posição tão destacada, a questão demarcatória ainda hoje pode ser objeto de reflexões bastante esclarecedoras, como pretendo explicitar neste trabalho.

A astrologia, por sua vez, pode ser objeto de estudo em diversas áreas do cenário filosófico, mas, nesta dissertação, a pergunta inicial é: considerando-se a complexidade do problema da demarcação, a astrologia pode ou não ser tratada como uma ciência? A propósito, o que determina se uma disciplina é ou não científica, quais são os critérios? O estudo do caso da astrologia parece relevante para enriquecer a discussão demarcatória e revelar suas dificuldades, tendo em vista que vários filósofos da ciência, como Popper, Thomas Kuhn, Paul Feyerabend, Paul Thagard e Larry Laudan, usaram a astrologia como exemplo ao tentar dar conta do problema da demarcação ou problematizar essa questão.

Com base nesse amplo debate demarcatório que se apresenta nos estudos em filosofia, e também em história e sociologia das ciências, o objetivo subjacente deste trabalho é oferecer uma visão crítica e fundamentada da relação entre astrologia e ciência, afastando os preconceitos e o dogmatismo que costumam cercar essa discussão, tanto por parte de cientistas e filósofos quanto por parte dos

astrólogos. É importante ressaltar que não se trata aqui de uma apologia ou um ataque à astrologia, e sim de uma investigação sem juízo prévio. Nesse sentido, invoco aqui o ceticismo de Sexto Empírico (c. 200 d.C.), que busca abrigo no discurso histórico em oposição ao discurso dogmático e, em última análise, apela para “que realizemos um determinado tipo de experiência de pensamento” (Marcondes, 1994, p.143). Entendo essa experiência de pensamento como a própria *epoche*, a suspensão de juízo, que, neste caso, implica não afirmar *a priori* nem que a astrologia é ciência, nem que não é. O que se precisa fazer é investigar.

O objetivo desta dissertação é, portanto, esclarecer um pouco mais o problema da demarcação da ciência, analisando especialmente o caso da astrologia, que parece revelar algumas questões espinhosas dos modelos normativos de filosofia da ciência. Partindo dessas questões, é possível construir uma reflexão sobre o papel da filosofia da ciência, em cujo bojo se encontra, a meu ver, a discussão sobre o próprio papel da filosofia.

O problema da demarcação tornou-se uma das bandeiras da filosofia da ciência. Desde o positivismo lógico, com seus ideais de uma linguagem científica livre de ambigüidades e da metafísica, até propostas mais historicizantes, consideradas relativistas, como as de Kuhn e Feyerabend, evidencia-se uma preocupação com a questão dos limites entre ciência e pseudociência/não-ciência. Entre um extremo e outro, vários autores fizeram suas propostas demarcatórias, como Popper, Imre Lakatos, Laudan e Thagard. Partindo desse debate, e ainda das tendências mais recentes nos estudos sobre a ciência, como os *Science Studies*, pretendo circunscrever um pouco mais o problema da demarcação, contextualizando-o num ambiente de divergência entre filosofia, história e sociologia das ciências. Qual é o papel de cada uma dessas disciplinas? Será que é possível integrá-las como pretendem os *Science Studies*? Como fica o problema da demarcação nessas discussões?

Como estudo de caso, a astrologia também é um problema, e isso não é uma invenção moderna. As questões dos gêmeos e do determinismo, por exemplo, são tão antigas quanto a própria astrologia. Há questões mais recentes, como a precessão dos equinócios, que leva à não-coincidência entre signos e constelações, e a inserção dos novos planetas no sistema astrológico, que não causam menos polêmica. Por que a astrologia incomoda? Nem a Igreja Católica, nem a Ciência, nem a Filosofia vêem a astrologia com bons olhos. Por que Agostinho execrou a

astrologia ao se converter (386), Colbert não a incluiu como disciplina na Academia de Ciências (1666), e 186 cientistas, em 1975, se deram ao trabalho de declarar publicamente sua posição contra ela¹? Isso sem falar dos vários testes empíricos aos quais a astrologia vem sendo submetida ao longo do século XX, alguns mais e outros menos divulgados pela mídia. Tendo isso em vista, não há dúvida de que a astrologia é um problema que se arrasta historicamente.

Por outro lado, parece relevante mencionar também que a discussão sobre o estatuto da astrologia no mundo contemporâneo tem obtido destaque, considerando-se a instituição de alguns cursos universitários, por exemplo, o Kepler College, nos EUA, autorizado a oferecer bacharelado e mestrado em estudos astrológicos, desde julho de 2000, e a Faculty of Astrological Studies, fundada em 7 de junho de 1948, em Londres. Além disso, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos acadêmicos sobre a astrologia têm sido escritos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, como veremos no segundo capítulo. Mas é claro que isso não é garantia de um estatuto de ciência. A propósito, outras questões que se colocam são: Por que é tão importante ter o estatuto de ciência? Por que essa necessidade de legitimação? Estar na “academia” implica ser científico?

O estudo dos referenciais contemporâneos acerca do estatuto epistemológico da astrologia insere-se nessa discussão demarcatória mais ampla, incluindo também um questionamento sobre a eficiência dos próprios modelos normativos de filosofia da ciência. Dentre as várias inquietações, cito algumas: Será que a astrologia é realmente uma pseudociência, como é costume rotulá-la, ou é possível tratá-la como uma ciência? O que é ciência? Quais são os critérios para distinguir isso a que chamamos de ciência de outras formas de saber? Os critérios são apenas epistemológicos ou podemos cogitar também que haja critérios políticos? Por que Popper, Kuhn e Thagard concordam em não admitir a astrologia como ciência, ainda que discordem quanto aos motivos? Como se dá esse diálogo entre Popper e Kuhn? Qual é a crítica de Thagard aos critérios de demarcação propostos até então? Por que a concepção de ciência de Feyerabend é mais tolerante, abarcando, inclusive, a astrologia? Que concepções de ciência podemos delinear nos estudos mais recentes sobre as ciências? Afinal, a astrologia

¹ Declaração de 186 cientistas contra a astrologia na publicação *The Humanist* (Kurtz, 1975).

é ciência? Ou será que essa questão tornou-se obsoleta num contexto em que o papel da filosofia da ciência está sendo questionado?

Nunca é demais lembrar que este trabalho é uma pesquisa conceitual. O objetivo é esclarecer o sentido dos conceitos de ciência e pseudociência, e analisar a pertinência da atribuição de um desses estatutos à astrologia. O que está em jogo aqui não é somente uma questão de sentido, mas também de contexto. Em que contexto tornou-se tão importante a separação entre ciência e não-ciência/pseudociência? Por que e como isso se deu? Essa empreitada foi bem-sucedida? No cenário atual, faz sentido falar em pseudociência? Essas questões orientarão os argumentos aqui desenvolvidos.